


## **A CENSURA NA LITERATURA INFANTIL E SEUS IMPACTOS NA PRÁTICA DOCENTE: O QUE DIZEM PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

 <https://doi.org/10.56238/arev6n4-213>

**Data de submissão:** 13/11/2024

**Data de publicação:** 13/12/2024

**Camila Souza Petrovitch**

Mestra em Educação

Fae/Ufmg

E-mail: [camilaspets@hotmail.com](mailto:camilaspets@hotmail.com)

ORCID: 0000-0002-3456-1012

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1991582378599343>

**Mônica Correia Baptista**

Doutora em Educação

Fae/Ufmg

E-mail: [monicacb.ufmg@gmail.com](mailto:monicacb.ufmg@gmail.com)

ORCID: 0000-0002-6645-0114

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3951926269873970>

**Lais Caroline A. Bitencourt**

Doutora em Educação

FaE/UFMG

E-mail: [laiscarolineabit@gmail.com](mailto:laiscarolineabit@gmail.com)

ORCID: 0000-0001-8862-1490

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0891096322097747>

**Alessandra Latalisa de Sá**

Doutora em Educação

FaE/UFMG

E-mail: [docalatalisa@gmail.com](mailto:docalatalisa@gmail.com)

ORCID: 0000-0001-8959-5941

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8846124779490487>

### **RESUMO**

O objetivo deste artigo é analisar os constrangimentos e enfrentamentos que ocorrem no cotidiano pedagógico, por meio de depoimentos de professoras da educação infantil em relação a práticas de censura a livros destinados a crianças menores de seis anos. . Após breve contextualização da censura a livros infantis no Brasil, foram realizadas entrevistas com quinze professoras da educação infantil, sendo oito de escolas privadas e sete de escolas públicas. As entrevistas coletivas seguiram um roteiro semi estruturado organizado em itens que buscavam traçar o perfil pessoal e profissional das entrevistadas e obter reflexões acerca dos conceitos de controle e censura. Os dados obtidos evidenciaram que a censura decorre do receio das professoras diante das repercussões que os casos midiáticos têm promovido, principalmente em relação às famílias. Independentemente da autoria do ato de censura, a pretensa necessidade de proteção aos mais pequenos é o que move a intenção e a prática de cercear a chegada dos livros infantis ao seu destinatário.

**Palavras-chave:** Censura, Educação Infantil, Literatura Infantil.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo debate o tema da censura a livros de literatura infantil, por meio de dados obtidos em investigação que teve como objetivo compreender o impacto da censura na prática docente analisando constrangimentos e enfrentamentos que ocorrem no cotidiano pedagógico.

Foram analisados constrangimentos e enfrentamentos que ocorrem no cotidiano pedagógico de professoras da educação infantil sobre atos de cerceamento e discursos acerca da necessidade de controlar o acesso das crianças a determinadas obras de literatura infantil. Os dados são analisados a partir dos conceitos de censura, regulação e controle da literatura (DARNTON, 2014; ALMEIDA, 2013; LIMA, 2007) e foram produzidos a partir de análise documental de registros de censura e entrevistas coletivas com professoras de crianças de zero a seis anos. Apresentamos reflexões, em especial, sobre os atos de cerceamento e os discursos acerca da necessidade de controlar o acesso das crianças a determinados livros. A literatura disponível sobre o tema nos informa sobre a urgência de reflexão, sobretudo devido à circulação cada vez mais rápida de informações, por meios digitais, bem como à chegada da chamada “onda conservadora” (ALMEIDA, 2019) que enfatiza os pretensos efeitos dos textos literários na conformação do caráter e dos comportamentos infantis.

Ainda que o alcance dos casos de censura tenha se ampliado na contemporaneidade, essa não é uma prática recente. Como constata Báez (2004), atos de censura ocorrem desde que os livros existem. Independentemente de a censura ser exercida pelo Estado, pela família, pela escola ou pela Igreja, o que move esses atos é uma pretensa necessidade de proteção, combinada à tendência de controle das crianças e de suas infâncias. Para Macleod (1983), o Estado e demais instituições, baseando-se em uma concepção de que a criança é intelectualmente dependente, ao descobrir o alto potencial de influência sobre a sociedade que a literatura infantil possui, passaram a disputar seu domínio.

No Brasil, a censura aos livros remonta aos primeiros anos pós-colonização. Carneiro (2002) menciona em seu trabalho um índice de livros proibidos publicado em 1559, revelando uma “tradicionalidade” censora brasileira, expressão cunhada por Stephanou (2001). Entre os séculos XIX e XX, com a implantação da Imprensa Régia em 1808, a literatura infantil se expande no país, possibilitando as primeiras publicações de livros para crianças (LAJOLO, ZILBERMAN, 2007). A partir da demanda de materiais escolares, “começaram a produzir livros infantis que tinham um endereço certo: o corpo discente das escolas igualmente reivindicadas como necessárias à consolidação do projeto de um Brasil moderno” (p. 27). A literatura infantil brasileira nasce comprometida com um viés escolarizado, cuja finalidade era formar o caráter das crianças. Nesse modelo escolar todas as

manifestações artísticas destinadas ao público infantil deveriam pautar-se na formação ética, moral e dos chamados “bons costumes”.

Atualmente, críticos, autores e pesquisadores se contrapõem a noção “escolarizante” da literatura e passam a reafirmar seu compromisso com a constituição de um leitor literário crítico, “que saiba escolher suas leituras, que aprecie construções e significações verbais de cunho artístico, que faça disso parte de seus fazeres e prazeres.” (PAULINO, 2004, p. 56). Nessa perspectiva, uma educação literária é aquela que supera o teor instrucional e pedagógico que guiou os primeiros anos da produção literária destinada à infância. Ao ser concebida como arte, valorizam-se os aspectos estéticos do objeto livro, bem como a metáfora e o simbólico como elementos essenciais da boa literatura para crianças. Essa concepção do livro como arte, especificamente no caso da educação infantil, requer que a formação inicial e continuada de professoras lhes assegure os conhecimentos teóricos e práticos indispensáveis para a adequada seleção das obras e uma organização dos espaços e tempos de leitura que leve em conta as especificidades da primeira infância. Mas, sobretudo, considerando o papel fundamental que a escola desempenha na formação do leitor literário, torna-se requisito essencial a capacidade de as docentes realizarem mediações qualificadas dos livros infantis junto às crianças.

Assim, o papel dos adultos na garantia do acesso das crianças às obras infantis é determinante. Tais escolhas podem apoiar-se em uma concepção que compreende a criança como um ser limitado e incapaz e justificar suas escolhas como medidas de proteção à inocência infantil. Ressaltam-se, nessa perspectiva, aspectos como fragilidade, debilidade, pureza e incapacidade (PERES, 1997), ao invés das potencialidades de compreensão, interpretação e construção de sentidos plurais das crianças, ancoradas nas suas vivências, interesses e desejos. Pelas mãos dos censores, temas são considerados tabus e palavras ou imagens são tidas como inadequadas para as crianças.

Para Colomer (2007), as instituições de educação infantil são espaços privilegiados para garantir o acesso das crianças menores de até seis anos aos livros infantis. Sendo assim, as professoras são responsáveis por fortalecer o elo entre o objeto livro e o pequeno leitor. Nessa perspectiva, focalizamos as discussões neste artigo a partir das seguintes questões: como são selecionadas as leituras a serem compartilhadas com as crianças? Que concepções sustentam as escolhas? Há censura nos momentos de escolha e seleção de obras? Os prováveis casos de censura que surgem afetam os processos de escolha de obras nas instituições educativas?

## 2 CONCEPÇÕES DE CRIANÇA, INFÂNCIA E CENSURA

A concepção acerca dos livros destinados às crianças não apenas influencia como determina a atitude dos adultos em relação a sua circulação entre a população infantil. O papel da literatura é o de contribuir para a ampliação das experiências estéticas das crianças, muito além de uma formação preocupada em transmitir conteúdos estritamente escolares ou de conformar as atitudes das crianças segundo valores morais. Com a mesma noção acerca da formação literária, Graça Paulino (2004) assevera que o objetivo do trabalho com literatura deve ser de formar um leitor literário crítico, “[...] que saiba escolher suas leituras, que aprecie construções e significações verbais de cunho artístico, que faça disso parte de seus fazeres e prazeres.” (PAULINO, 2004, p. 56). Nessa perspectiva, o trabalho com o texto literário requer concebê-lo como arte, e como tal, o trato estético dado à linguagem, a metáfora, o humor, o simbólico são elementos essenciais. Supera-se, assim, o teor instrucional e pedagógico que caracteriza outras práticas presentes nas instituições escolares.

Atualmente sobressaem algumas ideias que cerceiam a literatura infantil. O seu uso para ensinar comportamentos e valores considerados “adequados” por parte da população acaba por exercer certa regulação sobre o que deve ser oferecido ao público infantil, impondo cerceamentos à obra como um todo, ou cortes, exclusões, e substituições de textos, na tentativa de controlar os sentidos construídos pelas crianças.

As reflexões acerca do trabalho com literatura infantil exigem um debate sobre as concepções de criança a fim de se conhecer os destinatários desses livros e quais visões se têm deles. Segundo Maria Zélia Versiani Machado (2012), “[...] para compreender essa literatura é necessário ter em mente uma noção de criança que vive a plenitude da sua condição, sem que se coloque como contraponto dessa condição o que ela virá a ser um dia no futuro” (MACHADO, 2012, p. 20).

A divergência acerca da concepção de criança é identificada por Peter Hunt (2010) na relação entre os autores da literatura infantil, comprometidos com a ideia da literatura como arte, e os diferentes agentes e setores da sociedade que tentam impedir a circulação do livro de literatura entre o público infantil. Para este autor, noções distintas de criança e infância resultam no seguinte embate: “[...] escritor que se sente livre para escrever tudo o que quer e uma sociedade que sente que as crianças precisam ser protegidas de tais autores, uma oposição que está entre nós desde o início dos livros para as crianças” (HUNT, 2010, p. 203).

Ainda de acordo com Hunt, a concepção dos autores de livros infantis busca romper com uma ideia ainda presente na sociedade contemporânea ocidental de que a literatura infantil tem o papel de formar as crianças em conformidade e obedientes a valores, normas e regras estabelecidas pelo mundo adulto. Ao contrário, esses autores percebem as crianças como sujeitos de direitos, que participam

ativamente da vida social e, portanto, são produtoras de cultura. A criança é vista, nessa concepção, como alguém que interage com os objetos culturais e, a partir dessa interação, constrói significados particulares, sendo influenciada e influenciando o processo de produção das culturas humanas. É com essa noção de criança desejante, crítica e singular que os autores de livros de qualidade parecem dialogar.

Sobre as práticas de censura às obras de literatura infantil, nota-se nas pesquisas sobre o tema a ausência de consenso entre os pesquisadores quanto aos atos que de alguma maneira tentam (e em algumas circunstâncias chegam a) impedir ou limitar o acesso das crianças aos livros infantis. Luiz Costa Lima (2007) utiliza o termo controle para caracterizar os casos. Michel Foucault (2014), usa o termo exclusão. Peter Hunt (2010), Robert Darnton (2014), Maria Luiza Carneiro (2002) e Perry Nodelman (2020) utilizam o termo censura em suas pesquisas relacionadas à literatura.

Nesta pesquisa empregamos o termo controle, para designar toda ação que de alguma forma, material ou simbólica, impingiu cerceamentos, constrangimentos e restrições ao acesso das crianças a livros infantis. Dentro deste grupo maior, diferenciamos duas formas de controle, a partir das justificativas pelas quais são executadas: censura e regulação. A censura refere-se aos atos que visam impedir a circulação de uma obra com o objetivo de atender interesses de grupos específicos, desconsiderando o direito de expressão, caracterizando-se, portanto, como uma ação inconstitucional. Em contrapartida, o termo regulação foi empregado para designar casos de cerceamento que tiveram como objetivo garantir os direitos constitucionais feridos por alguma publicação.

Assumimos que toda publicação destinada às crianças é, de alguma maneira, controlada: o autor adulto impõe a sua ideologia sobre a criança por meio do que escreve, a partir do que julga ser interessante. Familiares responsáveis, professoras e demais mediadores, quando selecionam um livro, ou o escondem na prateleira, estão também exercendo o papel de controle, que pode ser, ou não, interessante para a formação subjetiva do leitor, a depender da concepção de criança defendida.

Com o objetivo de compreender melhor o contexto social, político e histórico para analisar os casos de controle encontrados, foram criadas categorias comuns entre eles, sendo elas: autor, tipo de instituição, caráter, forma e justificativa para o ato de controle, que será melhor desenvolvida no próximo tópico.

### **3 PROCESSOS INVESTIGATIVOS**

Para compreender a relação entre atos de controle aos livros infantis e as práticas pedagógicas desenvolvidas por professoras da Educação Infantil, na formação das crianças como leitoras de literatura, foi realizada pesquisa de mestrado de caráter qualitativo. Os dados foram produzidos a partir

de dois instrumentos: aplicação de formulário e entrevistas coletivas do tipo semi-estruturadas (SANTOS, SILVA, JESUS, 2016). A análise dos dados baseou-se na técnica da análise documental (BARDIN, 1977).

Para conceituar os atos de censura à literatura infantil ocorridos no Brasil, foi realizado um levantamento histórico com buscas em diferentes plataformas digitais a fim de encontrar registros de controle aos livros de literatura infantil. Com os documentos coletados, realizamos uma análise a partir dos critérios de classificação desenvolvidos na pesquisa com contribuições de Fromming (2014) e Carneiro (2002):

1. Agente – pessoa ou instituição que realizou o ato;
2. Instituição – classe de instituição responsável pelo ato, que pode ser: familiar, governamental, editorial, religiosa, midiática, de investimento ou escolar;
3. Caráter – natureza do ato: religioso/intolerante, bons costumes/moralidade, expressão sexual, morte, violência asco/nojo, ideologia, política, caráter racial/racista, de classe social, de gênero, de aura ou qualidade/má;
4. Justificativa – podendo ser regulação, se o ato exercido está dentro de preceitos constitucionais que apregoam o direito à diferença, o reconhecimento da igualdade de direitos, à dignidade humana; ou censura, quando o ato atenta contra os preceitos constitucionais listados acima;

Para conhecer as concepções das professoras da Educação Infantil acerca do controle e compreender a relação entre os casos que ocorreram e ocorrem no Brasil e as práticas de seleção e de mediação de leituras, foram aplicados formulários a quinze professoras e realizadas quatro entrevistas coletivas com quatro grupos. Três grupos eram formados por quatro professoras e um grupo por três professoras. As discussões foram organizadas em quatro blocos principais. O primeiro bloco tratou da seleção dos livros. O segundo, questões relacionadas à censura. O terceiro, discutiu as temáticas consideradas nas escolhas. No quarto bloco, a leitura de dois livros de literatura infantil serviu de mote para as discussões.

As professoras foram selecionadas a partir de dois critérios: a) professoras que, com frequência e competência reconhecida pelos pares, desenvolvessem situações de aprendizagem com vistas à formação do leitor de literatura e b) observamos a garantia de um equilíbrio quantitativo entre docentes da rede particular e pública de educação.

#### **4 A CENSURA E O IMPACTO NA PRÁTICA DOCENTE**

Foi realizado um levantamento dos documentos que comprovam as formas de controle encontrados por meio de buscas nos espaços da web (hemeroteca e sites) e em artigos científicos. O material foi explorado de forma a permitir que a análise dos próprios textos indicasse “as ligações entre as diferentes variáveis” (BARDIN, 1970, p. 125), a partir do processo dedutivo e da construção de novas hipóteses.

Foram registrados 33 casos de censura e regulação aos livros de literatura infantil no Brasil, que foram reunidos e analisados por critérios que explicavam o contexto no qual a prática de cerceamento estava inserida. Os dados registrados permitiram a elaboração de um resgate histórico de atos de controle na literatura infantil no Brasil.

Os resultados do formulário e das entrevistas contribuíram para conhecer a percepção das professoras sobre a censura. O formulário teve como objetivos estabelecer o perfil profissional das professoras, identificando seu percurso de formação e conhecer algumas de suas concepções sobre literatura infantil. A partir das respostas, buscamos estabelecer relações entre esses elementos: o perfil, a formação e as concepções. O grupo de participantes constituiu-se na sua totalidade de mulheres, com idade predominantemente entre 40 e 50 anos, formadas em nível superior há mais de uma década, tendo todas elas realizado diferentes cursos de formação continuada. A maioria possuía mais de quinze anos de docência na educação infantil e trabalhava em dois turnos na escola. Para manter o anonimato das professoras, mas associar as respostas de uma mesma entrevistada, optamos por referenciá-las com nomes fictícios. As entrevistadas foram assim designadas: Grupo 1: Ana, Bruna, Clara, Daniela; Grupo 2: Elisa, Fernanda, Gabriela, Heloísa; Grupo 3: Isabela, Júlia, Kátia, Luisa; Grupo 4: Maria, Natália, Olívia.

Depois de realizadas as entrevistas, o primeiro movimento foi de transcrição, que implica em “conservar o máximo de informação, tanto linguística (registro da totalidade dos significantes) quanto paralinguística (anotação dos silêncios, onomatopeias, perturbações de palavra e de aspectos emocionais tais como o riso, o tom irônico, etc.” (BARDIN, 1977, p. 220). Com o material transcrito, iniciamos a análise de forma a compreender e avaliar, transversalmente, a “frequência dos temas extraídos do conjunto dos discursos, considerados dados segmentáveis e comparáveis”. (p. 220), e análise da enunciação, contemplando a dinâmica do discurso, o estilo e as recorrências dos temas.

Para este artigo, apresentaremos um recorte destes resultados a partir das falas das professoras.



#### 4.1 CASOS DE CENSURA REGISTRADOS NAS ENTREVISTAS

As entrevistadas revelaram que a seleção delas diante o acervo da escola acontece, principalmente, a partir dos temas das narrativas. Importante ressaltar que, em suas respostas, não foi possível observar nem um padrão ou diferença marcante em suas escolhas em relação ao perfil das professoras - idade, percurso, categoria administrativa, etc. Argumentaram que, como os livros que chegam para elas já cumprem critérios de qualidade, no dia a dia elas empregam outros critérios para selecionar as obras que serão lidas. Entre os principais critérios de seleção adotados destacam-se: os autores clássicos, a relação das crianças com o livro, a representatividade étnico-racial, a relação das ilustrações com o texto verbal, a qualidade das imagens, a leitura inédita para a turma, a escolha por uma situação específica/determinado assunto e, finalmente, a presença de contos clássicos.

No segundo bloco de entrevistas com as professoras, "Censura", foram relatados 17 casos de controle na literatura infantil. Buscando compreender o teor dos casos relatados, nos propusemos a analisar os casos tal como fizemos com os episódios encontrados em documentos: autor do ato, tipo de instituição, caráter e justificativa. Neste bloco, as perguntas foram direcionadas a fim de conhecer os critérios que as professoras empregam quando se veem diante de situações em que precisam escolher livros para serem compartilhados com as crianças.

Casos de controle relatados nas entrevistas

	<b>Obra</b>	<b>Autor da obra</b>	<b>Agente</b>	<b>Instituição</b>	<b>Caráter</b>	<b>Categoria administrativa da instituição</b>
1	Bruxa, Bruxa venha à minha festa	Pat Ludlow	Pais de uma criança da turma	Família	Religioso - presença de bruxas	Particular
2	Bruxa, Bruxa venha à minha festa	Pat Ludlow	Pai de uma criança da turma	Família	Moral - ilustrações "feias"	Pública
3	João e Maria	Tatiana Belinky	Pais de uma criança da turma	Família	Aura, abandono infantil	Particular
4	Girafa tem torcicolo	Guilherme Domenichelli	Pais de uma turma	Família	Gênero, relações homoafetivas	Particular
5	É preciso soltar o Gaspar	Geoffroy de Pennart	Pais de uma criança da turma	Família	Gênero, igualdade de gênero	Particular
6	Chapeuzinho Vermelho	Charles Perrault e Irmãos Grimm	Pais de uma criança da turma	Família	Violência, morte do lobo	Particular



7	Tá caindo fulô	Repertório popular	Coordenação da escola	Escola	Racial Religioso, música da cultura africana	Pública
8	João pica o pau, Maria mexe angu, Teresa põe a mesa pra caçada do tatu	Repertório popular	Coordenação da escola	Escola	Expressão sexual, repulsa as palavras <i>pica e pau</i>	Pública
9	Folclore - Mula sem Cabeça	Repertório popular	Coordenação da escola	Escola	Religioso, envolvimento dos padres na transformação da mula	Pública
10	Coleção: O que cabe no meu mundo	Diferentes autores	Coordenação da escola	Escola	Moral, livros moralizantes	Particular
11	Pedro e Lua	Odilon Moraes	Professoras da escola	Escola	Morte, relação com o luto	Pública
12	Carta aos meninos e as meninas em tempo de Covid-19	Mônica Correia Baptista et a	Pais de uma turma	Família	Morte, apresentação da Covid-19	Pública
13	Lá e aqui	Odilon Moraes e Carolina Moreyra	Professoras da escola	Escola	Moral, separação	Pública
14	Rosa	Odilon Moraes	Coordenação da escola	Escola	Moral, relação pai e filho	Particular
	A raiva	José Carlos Lollo e Blandina Franco			Moral, sentimentos exacerbados	
	Um dia, um rio	André Neves			Moral, crime ambiental	
	Raposa	Margareth Wild			Moral, egoísmo	
	O pato, a morte e a tulipa	Wolf Elrbrunch			Morte, relação com o luto	
	O guarda chuva do vovô	Carolina Moreyra			Morte, relação com o luto	
	Nuno, e as coisas invisíveis	André Neves			Moral, sentimentos	
	Pode chorar	Glenn Ringtved			Morte, relação	

	coração mas fique inteiro				com o luto	
15	O guarda chuva do vovô	Carolina Moreyra	Pais de uma criança da turma	Família	Morte, relação com o luto	Particular
16	O livro da família	Todd Park	Pais de uma turma	Família	Gênero, relações homoafetivas	Particular
17	Crianças como você	Anabel Kinderley	Pais de uma turma	Família	Gênero, relações homoafetivas	Particular

Fonte: Elaboração da autora, 2023.

O primeiro caso mencionado nas entrevistas aconteceu com a obra “Bruxa, Bruxa, venha à minha festa”, de Pat Ludlow. O livro, publicado em 1991, tendo chegado ao Brasil em 2002, se tornou um clássico entre as crianças bem pequenas com suas hipnotizantes ilustrações das figuras místicas do mundo da fantasia.

Tais ilustrações frequentemente são motivo de estranhamento entre os adultos, talvez por não se enquadrarem em estereótipos ou por ressaltar, nas imagens realistas e repletas de detalhes, o medo que muitos dos personagens suscitam. Com essa justificativa, duas famílias de uma escola particular buscaram a professora para evitar que o filho tivesse acesso ao livro que fazia parte do acervo: "Pelo medo, pelo impacto daquelas imagens, na vidinha do filho dela sabe, o que aquilo ali traria para ela..." (Ana).

Uma dessas famílias justificou com a premissa de que a obra feria crenças particulares religiosas ao apresentar figuras como a bruxa e o lobo. A partir da conversa com as famílias, a professora fez a opção de não ler o livro no coletivo quando as crianças dessas famílias estivessem presentes, além de não oferecer como opção para levarem para casa.

O livro “Bruxa, Bruxa venha à minha festa” foi mencionado também por outra professora da escola pública (Júlia). Neste caso, o pai de uma criança questionou o uso de uma obra "horrorosa", fazendo referência às ilustrações do livro que para ele eram assustadoras para as crianças. A professora justificou a sua escolha e afirmou que não deixaria de lê-lo para as crianças.

Para esta arguição da professora, indagamos se a professora da rede particular teria a mesma condição de manter sua escolha, considerando a diferença existente na relação trabalhista. Interessante também pensar se não seria uma oportunidade para conversar e formar as famílias como bons mediadores de leitura em momentos como este, ao invés de simplesmente reafirmar sua leitura.

O próximo caso registrado aconteceu em uma escola da rede particular a partir da pressão de

familiares de uma criança da turma que não queriam que ela tivesse acesso à obra “João e Maria”, de Tatiana Belinky. Segundo a família, o livro apresenta uma história “pesada pra criança, onde a criança estava abandonada na floresta, e que aquilo ali, ela não tinha gostado dessa indicação que tinha sido feita, né?” (Ana). Segundo a professora, a partir da reclamação formal da família, foi realizada uma conversa junto à direção e à coordenação para que a escola justificasse as suas escolhas:

*"[...] conseguimos mostrar a importância dessa literatura na vida das crianças mesmo com imagens que trouxessem esses elementos do medo, né? As famílias aceitaram, mas pediram que eu tivesse o cuidado de que esses livros não estivessem nas mãos dos filhos. Que não pudessem escolher esse livro. Então, na hora da seleção, lá, da escolha que é feita pelas crianças, eu tinha que tirar esses livros para que eles tivessem que escolher entre os outros títulos selecionados".*

Nesse caso, a escola assumiu essa função de formação das famílias como mediadores com um trabalho compartilhado, apesar de ceder em um aspecto que foi o de não deixar o livro para ser escolhido pelas crianças.

O livro Girafa tem torcicolo?, de Guilherme Domenichelli, foi o próximo alvo registrado. Na obra são reveladas diferentes curiosidades sobre o mundo animal, como, por exemplo, "Elefante bebe água pela tromba? Os leões têm ferrão com veneno na ponta da cauda? O tamanduá pode sugar nosso cérebro?" (PANDA BOOKS, 2022). Uma das curiosidades reveladas no livro diz respeito a sexualidade de alguns animais que se relacionam com semelhantes do mesmo sexo, como por exemplo os golfinhos. Tal fato causou um grande desconforto entre as famílias que exigiram a retirada do livro do acervo pela escola.

O próximo caso registrado, nas entrevistas, aconteceu com o livro “É preciso soltar o Gaspar!”, de Geoffroy de Pennart. O livro narra a história de um cabrito que fica preso na despensa e precisa de ajuda para sair. Em uma escola particular, a família procurou a professora para questionar a presença feminina na obra de modo que, todos os personagens que ocupavam um lugar de destaque e consequentemente tentaram salvar Gaspar, eram homens. A regulação proposta pelas famílias partia de uma justificativa feminista pela igualdade de gênero. Mesmo com a reclamação, a professora não deixou de ler a obra alegando que dentro de um acervo diverso, outras obras revelavam a posição feminina mais forte.

Na mesma escola, registrou-se um caso aplicado por outra família em relação à conhecida história “Chapeuzinho Vermelho”, tanto na versão de Charles Perrault quanto na dos irmãos Grimm. O pai questionou a escolha da professora em utilizar uma história “tão violenta” para desenvolver um projeto com as crianças, referindo-se aos maus tratos direcionados ao lobo. A conversa com a professora aconteceu após o término do projeto, ou seja, não interferiu na escolha do livro e, portanto,

não se tratou de ler ou não a obra para as crianças. A professora afirmou que mesmo após as conversas e sua defesa em relação aos contos clássicos, o pai se manteve incomodado com a escolha e não flexibilizou seu posicionamento.

O próximo caso se deu em relação a uma produção cultural que é expressão da literatura oral brasileira. A música “Tá caindo fulô”, conhecida no repertório popular, foi restringida pela coordenação de uma escola da rede pública. Segundo o relato da professora entrevistada, associaram a música “a terreiros de macumba e candomblé”, expressões da cultura afro-brasileira, insinuando que o uso da música em um evento escolar desagradaria as famílias. A professora então buscou outra obra para apresentar.

Outro caso registrado nas entrevistas aconteceu em uma escola pública com uma parlenda: “João pica o pau, Maria mexe angu, Teresa põe a mesa pra caçada do tatu”. Segundo a professora, a coordenação da escola “barrou” a parlenda por conta das palavras “pica” e “caçada”. A professora argumentou:

*“A parlenda faz parte, tá dentro do acervo dos livros que foram selecionados pela prefeitura. O significado dessas duas palavras que você tá dizendo que tem problema, a gente pode ir no Aurélio. Você vai ver que não tem... pode ter alguma coisa pejorativa que foi criada pelo senso comum, mas não traz problema para a parlenda” (Helena).*

A coordenação não se impôs e o texto seguiu no para-casa e não causou nenhum estranhamento nas famílias como era esperado pela escola.

O próximo ato registrado aconteceu em uma escola pública, mas não a uma obra específica, e sim a um tema geral da literatura. Segundo a professora, a coordenação da escola vetou um projeto sobre Folclore. A justificativa apresentada foi que a história da Mula sem Cabeça - relacionada ao envolvimento com sacerdotes - causaria um desentendimento com as famílias das crianças em uma escola onde a maioria seguia a religião evangélica.

Em uma escola particular, a coleção “O que cabe no meu mundo”, de vários autores, e outros livros com temas morais, foram retirados do acervo. A coleção apresenta em suas obras temas como: compreensão, gratidão, prudência, dedicação, otimismo, sensibilidade, fraternidade, perdão, serenidade, disciplina, entre outros. A coordenação da escola indicou que preferia que as professoras não lessem livros que apresentassem mensagens moralizantes. Os livros foram, portanto, retirados da escola.

A obra “Pedro e Lua”, de Odilon Moraes, também sofreu impedimento em uma escola pública. Segundo a professora entrevistada, suas colegas professoras questionaram o uso da obra por fazer referência ao tema da morte. Na narrativa, Pedro cria uma bela relação com uma tartaruga que chega

a falecer depois de anos juntos. As professoras apresentaram uma indignação para com o livro e indicaram a direção a não leitura da obra para as crianças.

O próximo caso registrado a partir das entrevistas se deu com a obra *Carta aos meninos e meninas* em tempo de Covid-19, de Mônica Baptista e de 11 ilustradores consagrados nacionalmente. Durante o período da pandemia de Covid-19, familiares das crianças de uma escola pública manifestaram no Whatsapp da turma se posicionando contra a leitura do livro, que expressava as condições e consequências impostas pela pandemia. Os pais indicavam que não gostariam de debater um tema tão real para promover uma proteção das crianças em relação a uma situação negativa. As professoras se posicionaram de forma firme e mantiveram a circulação do livro na escola.

O livro *Lá e aqui*, de Odilon Moraes e Carolina Moreyra também foi alvo na mesma escola pública. A partir da escolha da professora entrevistada, outras professoras buscaram recriminá-la por abordar uma temática que segundo elas era "muito pesada" para as crianças. A obra narra, sob a perspectiva de uma criança, o divórcio dos pais.

O próximo caso registrado se deu em relação a um tema, e não a uma obra específica. A professora entrevistada relatou que quando foi admitida na escola particular, recebeu uma lista de livros com temas delicados que não deveriam fazer parte da biblioteca de sala. A escola justificou que os pais não teriam as habilidades necessárias para mediar as obras e por isso, os livros não deveriam ser enviados para casa. Os livros incluídos na lista foram: “*Rosa*”, de Odilon Moraes, narra o distanciamento entre um pai e um filho; “*A raiva*”, de Blandina Franco e José Carlos Lollo, conta o poder destruidor que esse sentimento pode alcançar; “*Um dia, um rio*”, de André Neves, uma homenagem ao Rio Doce, destruído em 2015 por um crime ambiental; “*Raposa*”, de Margaret Wild, uma história que envolve sentimentos de inveja, traição e ciúmes; “*O pato, a morte e a tulipa*”, de Wolf Erlbruch, sobre a relação com o luto; “*O guarda chuva do vovô*”, de Carolina Moreyra, narra o laço entre uma neta e seu avô e as memórias deixadas por ele; “*Nuno e as coisas invisíveis*”, de André Neves, narra as formas poéticas que um garoto tem para enxergar o mundo; “*Pode chorar coração, mas fique inteiro*”, de Glenn Ringtved, conta sobre a despedida dos netos a avó que está morrendo.

A obra *O guarda chuva do vovô*, da autora Carolina Moreyra, também foi alvo de restrições por uma mãe de escola particular. O livro narra a história da relação de uma neta e seu avô, que falece e deixa o guarda chuva como uma lembrança para ela. A justificativa apresentada pela família foi que a obra era muito triste para ser lida com a criança que, como a mãe, ficou muito emocionada na leitura. A professora convidou a mãe para uma conversa a fim de esclarecer sua escolha e a importância da literatura para ampliar diálogos sobre a morte. Por fim, a mãe se tranquilizou e não vetou a leitura.

O próximo caso de censura aconteceu com a obra “*O livro da família*”, de Todd Park. Segundo

a professora entrevistada, um grupo de famílias procurou a escola questionando a forma com que a obra apresenta as configurações familiares. Misturando personagens animais com humanos, com cores que extrapolam a realidade, o autor mostra diferentes grupos e organizações familiares, criando contrapontos (com muitas pessoas x solitária, em uma casa grande x uma casa pequena etc). As páginas que suscitaram as reclamações apresentavam famílias com duas mães ou com dois pais, e outra com filhotes adotados. A professora afirmou que a escola tentou se justificar, mas a pressão foi muito grande, culminando na exclusão do livro do acervo da escola.

Na mesma escola, outro livro foi cerceado com a mesma justificativa. “Crianças como você”, de Anabel Kinderley, foi criticado pelas famílias por apresentar diferentes formações e estruturas familiares, algo que segundo elas não é adequado para as crianças. A obra não ficcional apresenta diferentes crianças ao redor do mundo, suas brincadeiras preferidas, sua rotina e também suas famílias. O livro também foi retirado do acervo da escola.

No total, foram 17 casos registrados, sendo que dois deles fazem referência a uma mesma obra (Bruxa, bruxa venha à minha festa). Dos 17 casos, 11 autores foram registrados; três casos eram de autoria do repertório popular e três autores se repetiram. Sobre os autores dos atos, foram registrados três grupos principais: familiares de crianças das escolas (10), coordenação da escola (5) e grupo de professoras (2). Os três grupos fazem parte de duas instituições, o primeiro, a Família, e os dois últimos, a Escola. Sobre o caráter dos atos, quatro casos se classificaram como Gênero, três Religiosos três pela Moral, três pela Morte, um por Aura, um por Violência, um por Expressão Sexual e um pelo caráter Racial. Um caso admitia o caráter racial e religioso ao mesmo tempo.

Nenhum caso de regulação foi registrado nas entrevistas. Dos 17 casos de censura registrados, dez aconteceram em escolas particulares e sete em escolas públicas.

Observamos também nas falas das professoras outro elemento que contribui para a discussão. Em relação às diferenças entre as escolas públicas e particulares, algumas professoras fizeram comentários a partir das suas percepções.

Bruna afirma, "(a escola pública) é mais de periferia assim, a gente não tem muito esse questionamento (em relação a censura dos livros)". Helena corrobora complementando o ponto de vista: "A escola privada a gente é mais podada com relação a essa questão de bancar as nossas escolhas." Maria também manifesta em relação à escola particular em que trabalha: "Existe uma rigidez de público mesmo, público que procura a escola em que eu trabalho é um público muito parecido, privilegiado".

Mesmo com um número maior de casos de controle nas escolas particulares e dos comentários expressos por algumas das professoras entrevistadas, não é possível afirmar uma relação direta de que

há mais impedimentos nessas escolas.

Acompanhando as justificativas das professoras, foi possível compreender que o controle promovido pelas escolas têm por trás um medo e uma respectiva adequação às crenças de algumas famílias: heteronormativas, brancas e de religião cristã. Ou seja, por mais que quem execute a censura seja a escola, a pressão causada pelas famílias nos parece ser o verdadeiro vetor por trás dos casos. As professoras em seus relatos se encontram em situações desconfortáveis buscando se posicionar entre os estudos e as teorias que as apoiam versus o respeito às crenças pessoais e às vontades de cada família. Neste aspecto seria possível acompanhar uma autocensura na escolha das obras a serem lidas diante de uma provável censura aos temas delicados?

## **5 CONCLUSÃO**

Tendo em vista o percurso da censura à literatura infantil no Brasil, observamos que para alguns segmentos da sociedade não se trata apenas de permitir, de indicar ou não a leitura de algum livro, mas de exigir sua retirada de circulação ou de impedir o acesso dos leitores em determinado contexto. Em relação às crianças, principalmente as de zero a seis anos, o adulto determina o que lhes deve ser ou não permitido acessar, com base nas suas concepções de infância, de literatura e de educação.

Nos depoimentos, tornou-se evidente que o conhecimento das professoras sobre literatura e o domínio critérios de qualidade de obras é fundamental para uma prática autônoma, que contribua para a garantia do direito das crianças pequenas à literatura. No entanto, mesmo tendo uma boa formação e ainda que contando com vasta experiência, muitas vezes as entrevistadas agiram no sentido de restringir a leitura de determinado livro, ou porque foram orientadas a fazê-lo ou por antecipar problemas que viveriam com as famílias.

O debate sobre a seleção de livros para crianças é bastante complexo, sobretudo considerando o fato de a infância requerer, dos adultos, seu papel de proteção. É nesse limite tênue entre a obrigação de zelar pela segurança da criança e, ao mesmo tempo, a confiança na sua capacidade inventiva, na sua potência criadora, na sua inteligência, que a seleção de livros deve incidir. Ainda que complexo, o debate não deve eximir-se da necessária garantia de as crianças verem expandidas suas experiências no mundo. Para tanto, é importante afirmar o compromisso com uma educação para a liberdade, que se predispõe a correr riscos necessários para fomentar mentes criadoras, capazes de questionar e buscar novos conhecimentos.



## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. Novos estudos. CEBRAP, São Paulo, v. 38, 2019.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. Estado, regulação e crise. Revista Jurídica: Praxis interdisciplinar. v.1. n. 1. São Paulo, 2013.
- BAEZ, Fernando. História universal da destruição dos livros: Das tábuas sumérias à guerra do Iraque. São Paulo. Ediouro, 2004.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.
- CARNEIRO, Maria Luiza. Livros proibidos, ideias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas. São Paulo: Ateliê Editoria, 2002.
- COLOMER, Teresa. Andar entre livros: a leitura literária na escola. São Paulo: Global, 2007.
- DARNTON, Robert. O grande massacre de gatos. Tradução de COUTINHO, Sônia. São Paulo: Paz e Terra. 6ª ed. 1986.
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola 2014.
- FROMMING, Sigfrid. A influência da censura em seis traduções brasileiras dos contos dos irmãos Grimm no século XX. Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Estudos da tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.
- HUNT, Peter. Crítica, Teoria e Literatura Infantil. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2010.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. Literatura infantil brasileira: história e histórias. São Paulo: Editora Ática, 2007.
- LIMA, Luiz Costa. Trilogia do controle. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.
- MACHADO, Maria Zélia Versiani. A criança e a literatura. In: A criança e a leitura literária: livros, espaços, mediações. Curitiba: Positivo, 2012.
- MACLEOD, Anna. Censorship and Children's Literature. The library quarterly. Vol. 53, 1983.
- NODELMAN, Perry. Somos mesmo todos censores?: dois ensaios por Perry Nodelman. São Paulo: Instituto Emília; Solisluna Editora, 2020
- PAULINO, Graça. Formação de leitores: a questão dos cânones literários. Revista portuguesa de educação. Vol. 14. N 1. Braga, Portugal. 2004.
- PERES, Ana Maria. Desejando o livro: a essência da literatura infantil. PAULINO, G. (Org.) O jogo do livro infantil. Belo Horizonte: Dimensão, 1997.

SANTOS, Rafaela Cristina da Silva. SILVA, Adjane da Costa Rourinho e Silva. JESUS, Máisa Pereira de. O grupo focal como técnica de coleta de dados na pesquisa em educação: aspectos éticos e epistemológicos. 9º Encontro Internacional de Formação de Professores 10 Fórum permanente internacional de inovação educacional. 2016. Sergipe (Anais).

STEPHANOU, Alexandre. Censura no regime militar e militarização das artes. Coleção História – 44. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.